

Entrevista

“O direito de comunicar pertence aos indivíduos e aos grupos e comunidades que eles compõem.”

Denise Cogo

Professora Titular do Programa de Pós-Graduação em Ciências da Comunicação da Unisinos-RS e pesquisadora do CNPq é coordenadora do grupo de pesquisa Mídia, Cultura e Cidadania. Realizou pós-doutorado e atuou como professora visitante na Universidade Autônoma de Barcelona (2004-2008). É autora, dentre outras, das obras **Diáspora latino-americana: usos de mídias e cidadania das migrações transnacionais**. Rio de Janeiro: Tríbia, 2012; e **Mídia, migrações e interculturalidade**. Rio de Janeiro/Brasília: E-Papers/CSEM, 2006.

Por Claudia R. Lahni

Denise Cogo foi a primeira coordenadora do Grupo de Pesquisa Comunicação para a Cidadania da Intercom (2001-2006) e do GT Comunicação e Cidadania da Compós (2011-2012). Com Maria Badet Souza, lançou, em 2013, o **Guia das Migrações Transnacionais e Diversidade Cultural para Comunicadores** – Migrantes no Brasil, volume 1 da Coleção de **Guias de Diversidade Cultural para Comunicadores/as** (<http://www.guamigracoesdivcult.com/>). Nesta entrevista, ela comenta a relação entre direito à comunicação, cidadania e diversidade. Cita que a cidadania comunicativa é pauta nos protestos que vêm ocorrendo no Brasil, neste ano. E ressalta que, na sociedade contemporânea, a visibilidade é importante mas não é o suficiente para o exercício da cidadania democrática

Denise, de que forma entender a comunicação como um direito? Qual sua relação com o conceito de cidadania comunicativa, de Maria Cristina Mata?

O direito de comunicar pertence aos indivíduos e aos grupos e comunidades que eles compõem. Podemos lembrar sobre como as bases desse direito foram enunciadas por Paulo Freire quando postula que o conhecimento é construído através das relações entre os seres humanos e o mundo para afirmar que a comunicação se define como a situação social em que as pessoas criam juntas e não apenas dão, transmitem ou impõem conhecimento. Na visão de Paulo Freire, a comunicação só se torna possível em um mundo de comunicação/diálogo, pressupondo não apenas participação e reciprocidade, mas acima de tudo um processo de compartilhamento que nos coloca a preocupação com a igualdade de situações que deve pautar esse diálogo. Nessa perspectiva, Paulo Freire lança, ainda, os fundamentos da relação entre os universos da comunicação e da cultura. É enquanto ser de relação, de contatos, não apenas "no mundo", mas "com o mundo" que o ser humano cria e recria a vida, fazendo cultura em comunicação com os outros. Por essa perspectiva de Paulo Freire, é possível dizer que a comunicação deve ser vivida por seres humanos como a sua vocação e em sua dimensão cultural e política.

Nesse aspecto, as ideias de Paulo Freire contêm, ainda, uma sugestão ética ou humanitária sobre a responsabilidade de que seja assegurada uma distribuição global mais justa dos recursos necessários à comunicação, como é o caso do acesso aos recursos tecnológicos. Contudo, mais do que o conteúdo ou mensagem em si ou mesmo dos efeitos que se busca alcançar, essa perspectiva insere a ideia do processo como dimensão importante e que atribui um caráter político e também pedagógico a esse exercício do direito a comunicar, inclusive quando esse exercício envolve o uso das tecnologias e meios de comunicação.

Pesquisas acadêmicas sobre as mídias comunitárias e cidadãs vêm se ocupando em assinalar, nas últimas décadas, que a ocupação dos espaços institucionalizados dos meios de comunicação, como é o caso dos processos de regulamentação das rádios e TVs comunitárias na década de 1990 no Brasil, não corresponderam, necessariamente, à instauração de processos de participação ampla e democrática na produção, tomada de decisões e planejamento da comunicação. Mais recentemente, a maior autonomia possibilitada pela comunicação em rede e pela internet não tem excluído dificuldades no estabelecimento de processos coletivos mais participativos e democráticos de usos da tecnologia e formulação de projetos comunicacionais por indivíduos, grupos e movimentos sociais.

As concepções de Paulo Freire estão presentes no pensamento de outros autores que contribuíram para conformar o campo conceitual da chamada comunicação alternativa, comunitária e cidadã na América Latina, como Mario Kaplún e Juan Diaz Bordenave, que, ao enfatizarem a dimensão da comunicação como processo, nos indagaram sobre os limites do esquema clássico "emissor-mensagem-receptor" como aquele que situa o emissor no início do processo comunicativo, como aquele que determina os conteúdos e as ideias a serem comunicadas; enquanto o destinatário estaria no final, como polo receptor de mensagens. Kaplún recorre a Bordenave para identificar três modelos educativos que

servem como base para analisar os modelos comunicativos que podem ser encontrados em práticas de comunicação popular e comunitária. Um primeiro que põe ênfase nos conteúdos; um segundo, que enfatiza os efeitos; e um terceiro, que privilegia os processos. Nesse sentido, reconhece no modelo que privilegia o processo possibilidades de haver maior participação na comunicação na medida em que as posições de produtor e receptor se alternam e que ambos têm a mesma oportunidade não só de responder e reagir à mensagem recebida como também de gerar suas próprias mensagens.

Outro desses teóricos é Jesus Martin-Barbero, quando postula o deslocamento da análise do consumo ou da leitura dos meios por parte dos receptores, para a análise dos processos de “empoderamento” ou do que poderíamos denominar igualmente de “políticas do sujeito” gestadas em experimentações com as tecnologias da comunicação. Ou seja, o exercício do direito à comunicação se efetivaria nessas experimentações, sem que estejam excluídas as desigualdades, assimetrias e hierarquias que podem se produzir no contexto dessas experimentações.

Maria Cristina Mata é outra pesquisadora que, preocupada com a presença da mídia na vida social não apenas como lugar de interação entre produção e recepção, mas como “marca, modelo, matriz, racionalidade produtora e organizadora de sentido”, nos chama a atenção para a confiança que setores e movimentos sociais vêm depositando na capacidade dos meios de comunicação em configurar a realidade, e, nesse sentido, como essa confiança vem operando para a estruturação das práticas ou modalidades de manifestação e protesto desses movimentos.

No marco dessa reflexão, podemos situar a noção de cidadania comunicativa proposta pela autora para assinalar as possibilidades de democratização do acesso e participação da sociedade na propriedade, gestão, produção e distribuição dos recursos comunicacionais. As tecnologias e meios de comunicação são espaços estratégicos para a expressão, mobilização e transformação sociocultural e política e nos quais a comunicação midiática não se restringe a conteúdos e efeitos, mas a processos comunicacionais, como uma dimensão tratada por Freire, Kaplún e Bordenave, que são possibilitados pelos usos dos recursos midiáticos por parte de diferentes setores sociais. Em certo sentido, essa pauta da cidadania comunicativa aparece nos protestos que vêm ocorrendo no Brasil nesse ano de 2013, seja na experimentação de processos de conformação de um campo comunicacional alternativo, através dos usos das mídias digitais pelos movimentos sociais, a qual comporta críticas à atuação criminalizadora não democrática da mídia comercial ou corporativa, seja na produção de processos próprios de participação na gestão na comunicação e produção de conteúdos, ou seja, ainda, na própria reinserção, na agenda social, da necessidade de democratização da comunicação no Brasil.

No caso específico das migrações transnacionais, nosso tema de pesquisa nesses últimos anos, o exercício de uma cidadania comunicativa, pode ser observada através da criação, gestão e produção de espaços midiáticos próprios por parte dos migrantes, suas redes e organizações (jornais, boletins, programas de rádios, portais, blogs, sites de redes sociais, etc.) ou da utilização individual e coletiva de recursos comunicacionais como e-mail, listas de discussão, etc. Em uma de nossas últimas pesquisas, em que estudamos dez experiên-

cias de produção midiática de migrantes latino-americanos nas cidades de Porto Alegre, São Paulo, Buenos Aires, Lisboa e Barcelona, pudemos observar que, com o uso das mídias, os migrantes vêm promovendo uma articulação identitária da diáspora latino-americana dispersa pelo mundo através do compartilhamento e valorização de elementos que compõem essa cultura. Vem, igualmente, conjugando esforços por constituir um campo discursivo contra-hegemônico de construção midiática das migrações transnacionais que não criminalize essas migrações e, por fim, usando as mídias em estratégias de mobilização no campo das políticas migratórias nacionais e supranacionais relacionadas às demandas por cidadania dos migrantes.

O conceito de diversidade, no Brasil, aparece associado a diferenças culturais e sexuais – entre outras –, o que por vezes reúne pessoas em vulnerabilidade social e aquelas com deficiências, podendo invisibilizar grupos (como as mulheres enquanto minoria social) e dificultar a implantação de políticas públicas efetivas. Como você avalia essa questão? Como pensar diversidade e seus significados quanto à comunicação?

Aquilo que parece se tornar evidente no Brasil hoje, já há algumas décadas está relacionado ao que teóricos dos movimentos sociais como Alberto Melucci e Alain Touraine denominaram de reordenamentos dos movimentos a partir da necessidade de incorporação, em suas pautas, não mais apenas dos conflitos vinculados às questões econômicas e de classe, mas também de questões relacionadas às desigualdades sociais e culturais, como aquelas relativas às identidades étnicas, sexuais, ambientais, regionais, urbanas, etc. “Novos movimentos sociais” ou “movimentos culturais” são algumas terminologias que vêm sendo utilizadas para designar esses novos cenários de prática e ação coletiva dos movimentos sociais em que a cultura e a diversidade cultural assumem maior centralidade, ainda que frequentemente relacionadas a questão de classe. No caso da América Latina, Touraine lembra que a emergência de novos atores e demandas identitárias está relacionada à reflexão sobre como a modernidade se instaurou de um modo específico na América Latina fundada em uma tensão e ambiguidade permanentes entre um projeto elitista de racionalização da vida social e experiências culturais e processos de subjetivação.

Mais recentemente, outro reordenamento – relacionado à emergência da chamada sociedade rede, conforme aparece definida por teóricos como Manuel Castells e Gustavo Cardoso, também vai ter incidência na trajetória dos movimentos sociais na medida em que as redes impactam o modo de organização das relações sociais contemporâneas, e as tecnologias, como a internet, assumem importância nas articulações dessas sociedades e na produção do que Castells define como experiência da autocomunicação de massa, ou seja, do aumento significativo do potencial das audiências se encarregarem de suas práticas comunicativas. Essa autonomia está vinculada, ainda, à desestabilização de uma lógica hegemônica de transmissão das informações de forma massiva e generalizada, de um pequeno grupo produtor a um coletivo indiscriminado, para a possibilidade de produção de informação e estabelecimento de comunicação de uma forma mais descentralizada

e distribuída para públicos segmentados.

Na sociedade em rede, a convergência tecnológica e as possibilidades de experimentações com as tecnologias vêm propiciando modos de apropriação e usos sociais que se caracterizam, muitas vezes, por serem difusos, descentralizados, efêmeros e multidimensionais, escapando a lógicas organizativas mais tradicionais. Claro que se trata de interações sociocomunicacionais que não estão isentas de disputas, hierarquias e assimetrias, e que podem ser evidenciadas, inclusive, em muitas das modalidades de associativismo cidadão e em outras experiências e práticas de solidariedade em rede protagonizadas hoje pelos movimentos sociais. Embora seja necessário relativizar um certo otimismo de Castells sobre o potencial de autonomia dos usuários em relação às tecnologias, é perceptível que as chamadas minorias tem buscado se constituir como sujeitos comunicativos ocupando, constituindo e utilizando redes e meios de comunicação como gestores e produtores de fluxos comunicacionais.

Nessa perspectiva, as lutas pelo reconhecimento da diferença por setores sociais, que podem ou não desembocar em políticas públicas, têm se desenrolado, cada vez mais, na instância simbólica dos discursos e da linguagem. Linguagem que pode ser entendida como matéria social que resulta da convivência e embates coletivos entre sujeitos situados socio-historicamente. Meios de comunicação têm sido esses espaços simbólicos de construção, visibilidade e circulação de discursos, ideias e imagens em torno de múltiplas experiências de subjetividade vinculadas às minorias (mulheres, jovens, negros, indígenas, migrantes, etc.). E essas experiências não são fatos dados, mas vão ser constituídos e oferecidos à visibilidade pública a partir da ação e disputa dessas minorias por meio de linguagens e estéticas constituídas nos usos das tecnologias. Movimentos sociais vão articulando, assim, a questão do reconhecimento e da diferença com a questão da redistribuição dos recursos materiais, simbólicos e comunicacionais nas sociedades contemporâneas.

No entanto, em tempos de intensificação da visibilidade ou de hipervisibilidade pública e midiática produzida pela sociedade em redes e pela própria intensificação da autocomunicação de massas, cabe resgatar o alerta de Stuart Hall quando aponta para os riscos impostos às culturas e às identidades pela lógica da visibilidade. No âmbito do chamado multiculturalismo comercial ou mercadológico, Hall já advertia sobre a insuficiência dos postulados que sugerem que o reconhecimento público da diferença ou da diversidade cultural através, por exemplo, da visibilidade midiática, assegurem a resolução (e dissolução) desses problemas no âmbito do consumo privado, sem qualquer necessidade de redistribuição do poder e dos recursos em sua dimensão coletiva. Ou seja, se a mídia é uma espaço fundamental de disputa simbólica nas sociedades contemporâneas, Hall nos alerta sobre os perigos da crença na suficiência desse espaço nas disputas e lutas por igualdade de direitos e cidadania também no âmbito das identidades e subjetividades.

Como você vê a pesquisa sobre Direito à Comunicação e Diversidade? Citaria alguma?

No Brasil, embora as pesquisas nessa interface ainda sejam minoritárias, com o crescimento dos Programas de Pós-Graduação em Comunicação nas últimas décadas, essa interface vai ganhando espaço nos últimos anos em algumas linhas de pesquisa que articulam as perspectivas da comunicação, cultura e cidadania, como é caso dos PPGs em Comunicação da Unisinos, UFC, UFG, só para citar alguns, ou mesmo pela atuação de pesquisadores em outras linhas de pesquisa capazes de abrigar essas temáticas. Também os GTs de Comunicação e a Cidadania da Intercom e Compós tem sido alguns dos espaços acadêmicos de presença e intercâmbio de pesquisas sobre as inter-relações entre comunicação e diversidade cultural a partir de experiências relacionadas às culturas juvenis, ao gênero, às migrações, ao envelhecimento, à infância, só pra citar algumas.

Em muitas dessas pesquisas, tem sido possível perceber uma preocupação metodológica comum em produzir conhecimento científico que gere compreensão sobre as singularidades das experiências das minorias, num deslocamento dos metarrelatos ou de quadros explicativos generalistas em torno da diversidade cultural., Ou seja, os pesquisadores têm procurado não se aprisionar a esquemas impostos por uma cultura narrativa global ou totalizadora que busca organizar e explicar conhecimentos e experiências, e optado pela singularidade da produção de múltiplos relatos com base em aproximações empíricas com o cotidiano e as micropolíticas que se constituem a partir da presença ativa dessas minorias no espaço público e de suas práticas e ações organizadas ou não em movimentos sociais.

Caberia lembrar, ainda, que, essa aproximação entre comunicação e diversidade não tem excluído outros dois tipos de posicionamentos nos modos de captar e compreender a diversidade cultural pelo pensamento acadêmico no Brasil, seja no interior ou fora dos espaços citados anteriormente. Um primeiro posicionamento pode ser identificado em certas posturas ufanistas e de idealização do potencial criativo e performativo dos usos das tecnologias pelos movimentos das minorias, especialmente nas periferias brasileiras, sem uma preocupação em incorporar reflexões sobre seus conflitos e contradições. Um segundo posicionamento, podemos encontrar naqueles estudos que têm se pautado por reiterar a sobredeterminação das estruturas sociopolíticas e econômicas sobre os sujeitos, situando a dimensão da política e da economia quase que exclusivamente nas instituições e macroestruturas, desconsiderando os processos de resistência, desvios e subversões que podem derivar da intervenção e ação de sujeitos em diferentes espaços do cotidiano.

Gostaria, por fim, de mencionar brevemente pelo menos três cenários de configuração da pesquisa em comunicação no Brasil que, a meu ver, têm colaborado para que permaneçam minoritárias as abordagens críticas sobre comunicação e diversidade cultural: a herança ensaística que temos na área e que não privilegia a pesquisa de caráter empírico; a suficiência teórica que vem sendo atribuída ao instrumental e ao tecnológico para a compreensão dos fenômenos e experiências sociais e que têm limitado o diálogo com o acervo constituído em outras ciências humanas e sociais onde podemos encontrar estudo desses fenômenos. E, por fim, as disputas simbólicas, políticas e financeiras (materializadas

em poder e capital simbólico e financeiro na obtenção de recursos para a pesquisa, cargos de representação de área, etc.) em torno de territorialidades e fronteiras disciplinares que condicionam um tipo de delimitação do chamado campo da comunicação, e que buscam, via uma normatividade, reduzir também o diálogo com outras ciências humanas e sociais e confinar temáticas como a da diversidade cultural a áreas como antropologia e sociologia.

Determinados países, como Portugal, têm diferentes financiamentos diretos e indiretos do governo para jornais. Aqui, no Brasil, por sua vez, debate-se o encaminhamento das verbas publicitárias do governo, ainda muito concentradas. Essas e outras medidas podem proporcionar o pluralismo na comunicação?

Penso que toda verba pública deveria ter distribuição e acesso o mais igualitário possível entre diferentes setores da sociedade, sem privilégio a alguns. Porém sempre é importante lembrar que a dependência de verbas publicitárias governamentais podem também gerar e tem gerado atrelamento entre empresas e setores governamentais, e também entre movimentos sociais e governo, podendo afetar a autonomia de ação desses movimentos frente a Estado e governos. Essa questão sempre esteve presente como perspectiva de debate da comunicação alternativa e comunitária nos anos 80 e 90 quando se discutia, por exemplo, a sustentabilidade financeira dos projetos de comunicação alternativa e popular ou quando se debateu a permissão de veiculação de publicidade na legislação que regulamentou as rádios comunitárias em 1998. Acho importante incluir nesse debate não apenas o acesso às verbas governamentais, mas o direito de acesso de pequenos anunciantes, como os comércios locais, por exemplo, a jornais, rádios e outras mídias, uma vez que o custo dessa publicidade tem tratado de excluir pequenos anunciantes.

E, por fim, vejo como fundamental questionar o volume de recursos destinados à publicidade pelo governo federal, tendo em vista que sabemos que a aposta na publicidade é um modelo de matriz capitalista, adotado, com diferentes implicações, tanto na comunicação privada quanto pública, e que têm privilegiado grandes corporações nacionais e transnacionais. Não podemos deixar de refletir sobre a necessidade de um debate público sobre esse modelo em que se pautasse, por exemplo, a limitação de recursos da publicidade, especialmente a destinada à publicidade pelos setores governamentais, e seu direcionamento a investimentos em políticas sociais e públicas em áreas como educação, saúde, etc.

O pluralismo na comunicação diz respeito a repensar o modelo de publicidade que adotamos, mas também estabelecer debates e alternativas sobre os modos de funcionamento e ampliação das possibilidades de participação da sociedade na propriedade, gestão, produção e distribuição dos recursos de comunicação.

O Guia das Migrações Transnacionais e Diversidade Cultural para Comunicadores tem como objetivo "contribuir com o trabalho realizado por comunicadores e jornalistas na pauta e cobertura das migrações transnacionais no Brasil". Isso por que existiria o que se aperfeiçoar quanto à formação (ensino de graduação e de pós) de comunicadores e comunicadoras, em prol do exercício do direito à comunicação e da diversidade?

O Guia surge do conjunto de evidências dos pesquisadores que produzimos a obra de que as migrações transnacionais não têm merecido, por parte da mídia, um tratamento que a posicione como uma questão de diversidade cultural e como uma questão humanitária. Não tivemos a intenção de ser unicamente prescritivos, mas de chamar a atenção para a importância do reconhecimento e debate do tema da diversidade cultural relacionado às migrações também no espaço da mídia, especialmente no momento em que se intensifica o fluxo de migrantes internacionais para o Brasil como consequência da crise global e da realização de obras dos chamados grande eventos no país como a Copa do Mundo e as Olimpíadas.

Embora o Brasil seja um país constituído pelas migrações, esse reconhecimento da alteridade migratória como uma questão de cidadania ainda é precário. Tanto que a legislação, que trata das migrações no Brasil se chama Lei do Estrangeiro, é ainda a mesma da época da ditadura. Tem sido mais comum encontrar, na mídia, a migração tratada como fenômeno estatístico que busca evidenciar a presença quantitativa dos migrantes, da migração como mão de obra para suprir necessidades de infra-estrutura de alguns países ou, ainda, dos migrantes como geradores de problemas sociais, conflitos ou criminalidade. O próprio debate sobre a contratação de médicos estrangeiros pelo governo brasileiro, tanto no que se refere às posições favoráveis como contrárias, tem se pautado mais por visões corporativas, regulamentadoras, de controle, e muito pouco nas complexas questões de alteridade e interculturalidade que se impõem com a presença de culturas diferenciadas desses profissionais que vão se estabelecer no país.

Pesquisas acadêmicas, em diferentes contextos nacionais, têm se ocupado, já há alguns anos, em refletir sobre a crescente presença de representações midiáticas criminalizadoras das migrações contemporâneas através da frequente associação dos migrantes a "problemas", "ameaças" e "conflitos" ou, ainda, a "ilegalidade." . Tais representações têm contribuído para fixar sentidos e compor um tipo de memória sobre as migrações transnacionais que não favorece o entendimento da alteridade migratória e nem colabora para as relações interculturais e processos de cidadania dessas migrações.

Claro que não desconsideramos que esses modos de abordagem das migrações disputam hegemonia com outras narrativas que têm sido construídas, muitas vezes, pelos próprios migrantes, e que circulam em diferentes contextos. Narrativas que hoje são favorecidas, pelo próprio advento das mídias digitais como a internet e de suas características como a hipertextualidade, a multimídia e a interatividade, que permitem aos migrantes, suas redes e organizações produzirem fluxos comunicacionais. Essas narrativas têm colaborado também para organizar e dar visibilidade pública às lutas por direitos humanos e cidadania das migrações em âmbito local e global, conforme pudemos perceber em nossa última

pesquisa já referida anteriormente.

E entendo que é preciso aperfeiçoar a formação dos comunicadores, em nível de graduação e pós-graduação, para que estejam efetivamente preparados para lidarem com o tema da diversidade cultural e da interculturalidade. Precisamos apostar menos em uma formação de caráter instrumental para os jornalistas, por exemplo, e ampliar o espaço para uma formação, nos currículos e fora deles, fundamentada no pensamento, na reflexão e compreensão do mundo, a qual pode ser feita via ciências humanas, mas sem desvinculação de práticas profissionais. Se pensarmos no próprio legado de Paulo Freire, seria produtivo, na perspectiva da diversidade cultural, pensarmos mais na formação de comunicadores do que jornalistas.